



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

18042 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT12 - Currículo

RECONTEXTUALIZAÇÃO NA PRODUÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Alessandra da Silva Reis Costa - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Agência e/ou Instituição Financiadora: UNEB/Bolsa PAC

RECONTEXTUALIZAÇÃO NA PRODUÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

INTRODUÇÃO

Este texto está articulado a uma pesquisa de doutorado em curso que se propõe a analisar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia – Uneb DEDC/*Campus* XII, por meio dos discursos dos sujeitos envolvidos na efetivação desse currículo no contexto da prática. Neste recorte, realizamos uma análise documental da referida produção curricular, a partir da exploração do conceito de recontextualização de Basil Bernstein (1996), com orientação teórico-metodológica fundamentada nos estudos do teórico Stephen Ball e seus colaboradores.

O conceito de recontextualização formulado por Bernstein (1996) tem sido utilizado por diversos pesquisadores das políticas curriculares (Lopes, 2005; Lopes, 2011; Ball, Maguire e Braun, 2021; Mainardes e Stremel, 2010; Pimenta, 2022), ainda que não estejam vinculadas, especificamente, a essa área de investigação, as formulações de Bernstein sobre os processos de recontextualização tem auxiliado nas análises de produções curriculares, na investigação de como os envolvidos na elaboração dos currículos, ressignificam, recriam e traduzem o discurso e orientações oficiais em propostas a serem efetivadas nas práticas nas escolas.

Neste estudo, rememoramos o processo de redimensionamento do Projeto Curricular do Curso de Pedagogia, elegemos os documentos que compuseram o campo recontextualizador oficial (Resolução CNE/CP 02/2015, Matriz de Referência da Uneb, Regulamento da Curricularização da Extensão da UNEB _ Resolução N° 2018/2019) desta análise, com vistas a entender como os processos de recontextualização gerados durante a construção do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, reverberaram no texto da produção curricular analisada.

Evidenciamos que durante o processo de recontextualização do discurso oficial, realizado por meio dos diálogos promovidos pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Pedagogia da universidade investigada e na atuação dos demais sujeitos envolvidos no processo de elaboração do currículo, resultaram em um texto curricular que considera o saber e a cultura local, haja vista a inserção de componentes curriculares que denotam essas características, a saber: definição de espaço/tempo para a curricularização da extensão, criação do Núcleo de Pesquisa e Prática Pedagógica como articuladores do currículo, aspectos que, no nosso entendimento, revelam uma produção curricular coletiva, intencionada a qualificar a formação de professores ofertada pela instituição *lócus* da pesquisa.

1 POLÍTICAS CURRICULARES DE FORMAÇÃO DOCENTE E A ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS

As políticas de formação docente se inserem no contexto das políticas públicas educacionais mais amplas e, historicamente, constituem-se alvos de interesses políticos, ideológicos, com reflexos dessas intenções em seus projetos de formação. Lopes e Macedo (2011) destacam que são recentes os registros de pesquisas nessa área, identificados a partir das décadas de 1980 na Inglaterra e nos Estados Unidos e no Brasil em 1990. As investigações em políticas curriculares, historicamente, centram-se, em sua maioria, na avaliação e análise de documentos oficiais, legislações, entendendo a política como um guia para a prática, tendência que predominou nas análises das políticas curriculares até a década de 1970. Nessa concepção, as análises da política curricular privilegiam um enfoque estrutural, no qual o produto, as determinações oficiais muitas vezes verticalizadas assumem a centralidade, em vez de considerar também a análise do processo de produção dessas políticas que, invariavelmente, são permeadas por conflitos, relações de poder tanto em nível dos micropoderes quanto das determinações em nível macro.

Nesse sentido, Silva (2005) discute a intrínseca relação entre conhecimento e poder, destacando uma perspectiva foucaultiana, para a qual não é possível conceber saber que não seja imbricado de relações de poder, não existindo também poder que prescindia ou não utilize o saber. Uma relação que implica considerar fatores sociais, políticos, econômicos e subjetividades na organização de uma política curricular. Assim, o autor reforça que o

currículo constitui um dos espaços centrais dessa construção, no qual se entrecruzam práticas de significação, disputas por representação identitária, por definição de hegemonias.

Com esse entendimento, concebemos a política curricular como uma prática discursiva e, neste estudo, adotamos o enfoque teórico-metodológico desenvolvido por Stephen Ball apresentado por (Mainardes, 2006), que tem sido incorporado ao campo do currículo em muitas pesquisas dessa área, amplamente conhecido como *abordagem do ciclo contínuo de políticas*, esse enfoque teórico-metodológico tem auxiliado no tratamento da complexidade das análises políticas curriculares.

A abordagem do ciclo de políticas, formulada por Stephen Ball e Richard Bowe, contempla a natureza complexa da política educacional e enfatiza a necessidade de abordar os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas em nível local. Inicialmente, composta por três os principais contextos orientadores para análise de políticas educacionais, *o contexto de influência, o contexto de produção de texto e o contexto da prática*. Após críticas recebidas sobre o ciclo de políticas, em 1994, Stephen Ball e Richard Bowe adicionaram outros dois contextos, *o contexto dos resultados e efeitos e o contexto das estratégias e resultados*, mas com sugestão de que esses dois últimos contextos pudessem ser incorporados aos outros três principais, sem a necessidade de abordá-los separadamente.

1. **Recontextualização: compreendendo o conceito**

Na obra, “Como as escolas fazem política: atuação em escolas secundárias” (Ball; Naguire, Braun, 2021), a partir da sistematização de um estudo realizado em quatro escolas públicas inglesas, os pesquisadores discutem não somente a necessidade de repensarmos o conceito de política, como sugerem novos instrumentos de análise das políticas educacionais. Nesse texto, que trata do processo de recontextualização de uma produção curricular específica, compartilhamos do entendimento defendido pelos autores ao expressarem que o texto da política educacional,

[...] o que se entende por política será tomado como textos e “coisas” (legislação e estratégias nacionais), mas também como processos discursivos que são complexamente configurados, contextualmente mediados e institucionalmente prestados. A política é feita pelos e para os professores; eles são atores e sujeitos, sujeitos e objetos da política. A política é escrita nos corpos e produz posições específicas dos sujeitos. (Ball; Naguire, Braun, 2021, 25).

Os autores discorrem sobre a complexidade da política, expressa em seus textos e artefatos com códigos específicos, que deverão ser decodificados, ressignificados, recriados

em um processo de compreensão e tradução. “Assim, a atuação de políticas envolve processos criativos de interpretação e recontextualização”. (Ball; Naguire, Braun, 2021, 26). Os pesquisadores destacam a diversidade de influências que interagem tanto na elaboração quanto na recontextualizam dessas políticas, interesses políticos, ideológicos, subjetividades dos atores envolvidos e, com isso, defendem que um texto político nunca será apenas implementado.

Dentre os fundamentos desenvolvidos por Bernstein, a perspectiva analítica da recontextualização tem sido utilizada por diversos pesquisadores das políticas curriculares e tem auxiliado nas análises de produções curriculares, na investigação de como os envolvidos na elaboração dos currículos, ressignificam, recriam e traduzem o discurso e orientações oficiais em propostas a serem efetivadas nas práticas nas escolas.

Mainardes de Stremel (2010), ao tratarem das contribuições de Bernstein para as pesquisas educacionais e curriculares destacam que o conceito de recontextualização tem seu principal fundamento desenvolvido por Bernstein (1996), com base na teoria de dispositivo pedagógico. Esta teoria possui três principais regras interdependentes: distributivas, recontextualizadoras e regras de avaliação, regras pelas quais ocorre a regulação das relações de poder entre grupos sociais e suas práticas. Bernstein identificou três principais campos do dispositivo pedagógico, produção, recontextualização e reprodução, hierarquicamente relacionados, uma vez que a recontextualização não se dá sem a produção e a reprodução não ocorre sem a recontextualização. Nesse sentido,

O conceito de recontextualização de Basil Bernstein foi formulado com o intuito de compreender como os sistemas escolares se apropriam dos códigos disciplinares das ciências de referência, transformando-as em disciplinas escolares, tratando-se, portanto, da passagem de um discurso instrucional para um novo discurso regulativo, ou seja, para o que vai regulamentar as práticas escolares. (Silveira; Silva; Oliveira, 2022, p. 5).

No processo de recontextualização os discursos se deslocam, são recriados, ressignificados, dando origem para outros discursos, uma transformação de caráter ideológico, pois está condicionada a diferentes interesses do campo intelectual especializado ou político dos sujeitos envolvidos. A perspectiva da recontextualização considera dois principais campos, o *campo recontextualizador oficial*, criado e dominado pelo Estado e suas agências, determina regras, legislações que orientam e regulam a produção e distribuição do discurso pedagógico oficial e o *campo recontextualizador pedagógico*, que encarrega de fazer circular os princípios e práticas que regulamentam o discurso oficial, indo além da produção do discurso oficial para o contexto da reprodução, envolvendo agentes, práticas dos sujeitos envolvidos no processo recontextualização.

Lopes (2005) analisa algumas tensões encontradas na utilização dessa perspectiva de

análise, considerando que o conceito de recontextualização de Bernstein possui uma matriz estrutural, a autora destaca o hibridismo de teorias de matriz pós-estrutural das pesquisas ancoradas em Stephen Ball nos estudos sobre políticas curriculares. Diante da análise dessas tensões, ainda que, questionando a celebração do hibridismo nas pesquisas de currículo, defende ser possível a articulação com os conceitos verticalizados da recontextualização, como alternativa para aliviar as tensões geradas pela associação entre princípios das vertentes teóricas críticas e pós-críticas.

No processo de recontextualização, os envolvidos na interpretação, ressignificação de uma produção curricular, aproximam, aderem ou refutam criticamente regras do campo recontextualizador oficial, recriando suas propostas a partir dessas escolhas. Nesta análise, destacamos os desafios de construção da proposta curricular que no período do seu redimensionamento e, ainda nos dias atuais, convive com os embates em torno das diretrizes para os projetos de formação de professores da Educação Básica, a despeito de estarmos ainda em processo de implantação das DNC's Resolução CNE/CP Nº 02/2015, foi preciso nos fazer resistência diante das investidas das DCN's Resolução CNE/CP Nº 02/2019. Neste contexto, compreendemos as análises acerca da produção curricular do PPC do curso de Pedagogia da Uneb como um modo de enfrentamento diante desse cenário.

2. A RECONTEXTUALIZAÇÃO NA PRODUÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNEB/*Campus XII*

Diante da demanda de reformulação do currículo dos cursos de formação de professores, em atendimento às determinações das DCNs 02/2015, teve início nesse mesmo ano, o processo de redimensionamento dos currículos das licenciaturas da UNEB. O movimento acerca dessa reformulação desponta com a criação do NDE, oficializado pela Portaria 1818 publicada Diário Oficial da União em 15 de outubro de 2015 e a homologação da composição do NDE do *Campus XII* no início do ano de 2016. Dentre as atividades do NDE no DEDC/*Campus XII*, foi realizado no período de 15 a 17/12/2016, o “I Fórum de discussão sobre currículo”, com o objetivo o promover reflexões acerca de questões inerentes à atual legislação das Diretrizes Curriculares Nacionais 02/2015 para a Formação de Professores da Educação Básica, articuladas com as discussões sobre o currículo do curso de Pedagogia do Departamento de Educação - *Campus XII* da Uneb, com o objetivo de realizar uma avaliação do curso e utilizá-la como subsídio para a reformulação curricular.

Após a conclusão do redimensionamento em 2019, o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, foi aprovado pela Resolução nº 2.131/2021 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UNEB e posteriormente, foi implantado no ano de 2021, ainda no período em que a universidade ofertava o ensino remoto, devido às medidas de biossegurança, dada a pandemia da Covid-19. Após dois anos de implantação, o projeto

obteve o reconhecimento, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação da Bahia (CEE), sob Parecer nº 224/2023, publicado no Diário Oficial do Estado em 15 de julho de 2023.

A produção curricular analisada está organizada a partir de dois eixos gerais: Eixo I _ O reconhecimento da relação da educação com a sociedade / Eixo II _ A relação da formação de professores com a educação básica. Esses eixos deram origem a quatro Complexos de Estudos: Complexo de Estudos 1: A Educação e suas determinações sociais / Complexo de Estudos 2: A organização do trabalho pedagógico na educação básica / Complexo de Estudos 3: A Educação para fortalecimento dos valores e direitos humanos / Complexo de Estudos 4: Processos formativos como práticas emancipatórias. Os complexos de estudos apresentam problematizações referentes ao contexto da prática do pedagogo em forma de questionamentos que funcionam como dispositivos para a estruturação do trabalho com os Núcleos de Pesquisa e Prática Pedagógica (NPPP).

O NPPP propõe a articulação teoria-prática na formação pedagógica por meio de 330 horas, distribuídas do segundo ao sétimo período do curso, acrescentando 75h distribuídas pelos componentes de fundamentos teórico-práticos e, com isso, contempla as 405h de prática em consonância às Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério (Brasil, 2015). O PPC analisado, expressa a compreensão de que a prática pedagógica não se refere apenas à prática de ensino, dessa forma, os NPPP se organizam a partir de questões de pesquisa e análise da educação como atividade humana até a compreensão da docência na educação na educação básica (Uneb, 2023).

As recontextualizações geradas a partir dos diálogos no processo de redimensionamento do PPC incluem a interpretação, negociações e acordos realizados conduzidos pela Resolução nº 2018/2019 da Universidade do Estado da Bahia, que dispõe sobre a curricularização da extensão. Consta no Art. 1º da referida resolução, o entendimento da extensão universitária como “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação entre a Universidade e outros setores da sociedade em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”. A partir disso, o requisito de curricularização da extensão está definido por meio da carga horária total e parcial distribuídas nos componentes curriculares da proposta curricular, perfazendo uma carga horária de 335h em consonância à base legal do Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2020/2021) e o Regulamento da Curricularização da Extensão da UNEB, articulados A estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação - PNE, Lei 13.005.2014 estabelece a obrigatoriedade de no mínimo 10% dos currículos das universidades brasileiras destinados às atividades de extensão.

Um dos desafios colocados ao processo de redimensionamento curricular do PPC analisado, diz respeito à característica de *multicampia* devido à vasta capilaridade da universidade, com departamentos distribuídos em diversos municípios do estado da Bahia. Como alternativa, a matriz de referência da universidade, elaborada com o objetivo de

orientar o processo de redimensionamento curricular, recomenda a reserva de parte da carga horária destinada a uma base comum e outra reservada para a criação de componentes curriculares que pudessem contemplar as regionalidades de cada departamento. Essa recomendação, recontextualizada nas discussões do NDE junto aos docentes envolvidos na reformulação curricular resultou, mais especificamente, na criação de dois componentes curriculares: “Introdução ao Pensamento de Anísio Teixeira e Paulo Freire” e “Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro”, componentes que têm toda sua carga horária destinada à extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise documental do PPC do Curso de Pedagogia a UNEB DEC/*Campus XII*, identificou-se na estrutura do texto, o que consideramos marcas de recontextualização e que representam significações e ressignificações no processo de produção do PPC: valorização do saber e cultural local, com a criação de componentes curriculares que denotam esse enfoque, como “Introdução ao Pensamento de Anísio Teixeira e Paulo Freire” e “Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro”, a organização de tempo/espaço para a garantia da curricularização da extensão, a ser efetiva por dentro do currículo do curso, criação do Núcleo de Pesquisa e Prática Pedagógica, ainda que no formato de componente curricular, possui característica extensionista com toda a carga horária destinada à curricularização da extensão e funciona como articuladores do currículo, com centralidade da pesquisa e prática pedagógica perpassando todo o currículo do curso.

Temos assim, um documento curricular um documento curricular que imprime à formação do pedagogo uma complexa e articulada rede de saberes que referenciam práticas educativas, com vistas a atender as demandas sociais, territoriais, locais do contexto no qual o curso está inserido.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen John; MAGUIRE Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem política: atuação em escolas secundárias**. Tradução Janete Bridon. 2 ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2021.

BERNSTEIN, Basil (1996). **A Estruturação do Discurso Pedagógico: Classe, Códigos e Controle**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2014. Disponível em: <http://extensao.ufrj.br/images/stories/Anexos/PNE_2014.pdf>. Acesso em 24 jul. de 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 2, de 01 de julho de 2015.** Institui as Diretrizes Nacionais de Formação de Professores (curso de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 2015. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em: 02 fev. de 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica e Institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, 2019. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em: 02 fev. de 2024.

LOPES, Alice Casimiro. Política de currículo: recontextualização e hibridismo. **Currículo sem Fronteiras**, v. 5, n. 2, p. 50-64, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss3articles/lopes-cunha-costa.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2024.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teoria de currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.

MAINARDES, Jefferson; STREMEL, Silvana. A teoria de Basil Bernstein e algumas de suas contribuições para as pesquisas sobre políticas educacionais curriculares. **Revista Teias**, v. 11, n. 22, p. 31-54, maio/ago. 2010. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24114>>. Acesso em 22 jun. 2024.

MAINARDES, Jefferson. Uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Revista Educação e Sociedade**, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtTvXyTcQHCFyhsJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 jun. 2023.

PIMENTA, Neylanne Aracelli de Almeida. **Recontextualização na produção da política curricular para formação de professores no Amazonas.** 2022. 206 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <<http://www.btd.uerj.br/handle/1/17835>>. Acesso em 29 jun. de 2024.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo: Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche:** a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

UNEB _ Universidade do Estado da Bahia DEDC/Campus XII – Guanambi/BA. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia.** Aprovado pelo Conselho Estadual de Educação. Parecer nº 224/2023. Publicado no DOE de 15 de julho de 2023.

UNEB. **Resolução nº 2.131/2021** aprova o Currículo Reformulado do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura. DEDC/Campus XII – Guanambi. Publicada no Diário Oficial do estado de 14.04.2021.

UNEB. **Resolução 2.018/2019.** Aprova o Regulamento das Ações de Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação ofertados pela UNEB, e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial do Estado de 02 de outubro 2019. Disponível em: <<https://proex.uneb.br/wp-content/uploads/2022/02/RESOLUCAO-2.0182019-Curricularizacao-da-Extensao.pdf>>. Salvador, 2019. Acesso em: 24 jul. 2024.